

Confrontos em Pau Brasil causam tensão

Foto: Marco Aurélio Martins

Itabuna e Pau Brasil (Da Sucursal Sul da Bahia) – O clima ficou tenso ontem, no município de Pau Brasil, no sul da Bahia, e chegou a haver confrontos entre policiais federais e fazendeiros, porque estes últimos não se conformam com a ocupação de duas das cinco fazendas retomadas pelos pataxós após a morte do índio Galdino de Jesus dos Santos – e cuja posse foi garantida por liminar da Justiça Federal. Ontem, pela manhã, um grupo de fazendeiros bloqueou as entradas da cidade de Pau Brasil e impediu o acesso às áreas indígenas, como represália – segundo informações extra-oficiais – à decisão do juiz federal Tourinho Neto que, no dia 30 de abril, concedeu liminar garantindo a permanência dos pataxós nos 780 hectares de cinco fazendas ocupadas.

Segundo o assessor da Prefeitura de Pau Brasil, Roque Nascimento, quatro pessoas foram mantidas como reféns pelos índios – nas fazendas São Sebastião e Nova Vida – mas, segundo o representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Itabuna, Antônio Eduardo Cerqueira, que divulgou uma nota oficial no final da tarde, não havia mais reféns nas fazendas. Apenas dois trabalhadores que estavam na Fazenda Paraíso, de Marcos Gusmão, foram retirados da área. Eles tiveram seus pertences e os do fazendeiro levados em um caminhão da Funai para Pau Brasil. O veículo foi retido pelos fazendeiros, teve seus pneus furados e só não foi incendiado devido à intervenção da Polícia Militar, que mantém 60 homens na área.

A Polícia Federal mandou reforços para a área na tentativa de evitar um confronto entre índios e fazendeiros, que fecharam inclusive o acesso da cidade à aldeia Caramuru. O comandante do 15º BPM, major Santana, também se deslocou de Itabuna para Pau Brasil com um



A ocupação de fazendas, como a Santa Marina, não foi aceita pelos fazendeiros, que prometem não sossegar até que garantam a posse das terras

grupo de policiais, para evitar maiores problemas.

Garantia de direitos

– Os índios estão apenas cobrindo o cumprimento da decisão judicial que lhes assegurou a posse desta área de 770 hectares. Nós pretendemos é que a justiça seja cumprida para ambos os lados – disse o representante do Cimi, Antonio Cerqueira. Ele manifestou preocupação com o clima de tensão na área e o acirramento dos ânimos. Afirmou que os fazendeiros fizeram discursos in-

flamados na praça central da cidade, colocando a população contra os pataxós. Os índios têm uma outra ação na Justiça há 15 anos pedindo a ocupação de uma área de 36 mil hectares e que não foi objeto de nenhuma decisão da Justiça Federal.

O prefeito de Pau Brasil, Durval Santana, teve ontem audiências em Salvador com o governador Paulo Souto e com o secretário da Agricultura, Pedro Barbosa de Deus, a quem fez um relato da situação em seu município. Ele tenta obter ajuda do governo estadual para o impasse na área e para

que seja encontrada uma solução pacífica.

O assessor Roque Nascimento informou que o clima de tensão em Pau Brasil foi provocado quando o veículo da Funai chegou à cidade trazendo os pertences dos trabalhadores e de um fazendeiro: “O clima esteve de fato muito tenso, mas a situação está mais calma. Os fazendeiros bloquearam o acesso à cidade e queriam tocar fogo no carro da Funai, o que foi impedido pela PM”.

O filho de um agricultor, Wilde Couto, atravessou o seu carro para impedir o acesso do veículo da Fu-

nai à área urbana de Pau Brasil e acabou entrando em choque com policiais federais, saindo levemente ferido.

Se a situação é tensa entre os índios, não é diferente em Pau Brasil, uma localidade de pouco mais de 10 mil habitantes e que dista 120 quilômetros de Itabuna. A filha de um agricultor informou a A TARDE que “esta é agora uma cidade sem lei, sem ordem e os problemas são agravados pelo governo, que se senta inclusive com bandidos”, referindo-se a José Rainha, líder do MST, que foi recebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

MP instaura inquérito no caso de tuxás

O Ministério Público Federal vai instaurar inquérito civil público em um prazo limite de 48 horas para acompanhar a situação dos índios da tribo tuxá, que desde a madrugada da última segunda-feira ocupam a sede da CHESF (Companhia Hidro-Elétrica de São Francisco) em Salvador. A garantia é dos procuradores Roberio Nunes e Danilo Cruz, dada durante reunião com representantes dos índios, da CHESF, da Funai (Fundação Nacional do Índio) e procuradores da República, ontem à tarde, no auditório da CHESF. Os índios afirmam que não sairão do prédio sem que seja acordada uma solução definitiva para a sua antiga reivindicação e ameaçam trazer toda a tribo para a sede da estatal na Avenida Paralela.

Um grupo de cerca de 160 tuxás vem lutando pela implantação do projeto de irrigação em suas terras, a 12 quilômetros de Ibotirama, no oeste do estado, onde vivem aproximadamente 800 índios. O projeto foi prometido pela estatal há 11 anos, mas nunca foi cumprido. O procurador, Roberio Nunes, destacou que o inquérito poderá resultar em duas possibilidades: arquivamento, a partir de um acordo com o movimento indígena, e a instauração de uma ação civil pública contra a CHESF ou a Funai.

A análise da CHESF sobre o novo projeto da tribo tuxá, que foi feita pela Funai há mais de seis meses, somente ontem chegou ao Ministério Público Federal. O ministério ouvirá a Funai dentro de 10 dias e depois submeterá o projeto aos técnicos do órgão, composto, entre outros membros, por antropólogos e sociólogos.